

Liberdade escrava na economia informal: quilombolas entre as matas e a cidade de Diamantina, Minas Gerais (1862-1866)

Isadora Moura Mota

Mestre em História Social/UNICAMP

isadoramota@hotmail.com

Resumo

Este artigo conta a história de uma comunidade de escravos quilombolas que viveu durante a década de 1860 nos arredores de Diamantina, Minas Gerais. Através da análise de processos criminais, demonstramos como as relações de reciprocidade estabelecidas entre quilombolas e a população despossuída de Diamantina, incluindo escravos, explicam a longevidade do quilombo durante uma época de intenso combate ao protesto escravo. Argumentamos que este grupo de homens e mulheres escravos e libertos era parte fundamental da economia informal que garantia tanto a sobrevivência do povo pobre do sertão mineiro, quanto a continuidade da luta dos escravos por sua liberdade.

Palavras-chave: escravidão, quilombo, Minas Gerais, Diamantina, mineração.

Abstract

This essay tells the story of a community of runaway slaves who lived nearby the city of Diamantina, Minas Gerais, during the 1860s. Through the analysis of criminal records, this essay shows how the mutual support established between quilombolas and the Diamantina's most disenfranchised working class, including slaves, allowed for the long-term survival of their maroon community despite intense repression of slave protest. It ultimately argues that this group of enslaved and freed men and women maintained the local informal economy alive, and ensured both the livelihood of the rural poor and the continuity of the slaves' quest for freedom.

Keywords: Slavery, marrons, Minas Gerais, Diamantina, mining.

Era tarde de sexta-feira, dia 31 de janeiro de 1862, e Carolina Alves da Calçada se aprontava para mais uma caminhada em direção a Diamantina. Em sua casa no Ribeirão da Areia, subúrbio da cidade mineira, ela arrumava uma trouxa com roupas velhas, toalha e um par de sapatos enquanto conversava com a filha Sabina e seu amigo Plácido de Azevedo Rosa. Plácido e Carolina haviam combinado de seguir juntos para a cidade a fim de assistir a inquirição de testemunhas referente a um processo criminal movido contra José Roque dos Santos e seu filho Clemente, vizinhos de Carolina no Ribeirão.¹ Apesar da proximidade, as brigas entre ambos eram constantes e, desta feita, a querela girava em torno de uma roça. O crioulo Plácido havia concordado justamente em dar depoimento a favor de sua amiga neste litígio que entrava agora em julgamento.

Com a trouxa pronta, Carolina se despediu da filha e seguiu viagem pelas beiradas pedregosas da Serra do Espinhaço, aproveitando também a companhia de seu irmão João Nepomuceno. O Ribeirão da Areia era um dos pequenos arraiais de mineração que cercavam Diamantina num raio de poucas léguas. O vilarejo era morada dos que tiravam seu sustento - e não muito mais que isso - das lavras de diamante do Rio Jequitinhonha. Dali saíram Carolina e seus companheiros, seguindo em ritmos diferen-

tes. Na frente do grupo, João acabou se adiantando bastante e resolveu esperar a irmã que vinha com mais vagar na casa de Plácido, situada no lugar conhecido pelo nome de Moinho do Choro. João lá permaneceu por tempo considerável até concluir que havia se perdido de Carolina. Ao sair para procurá-la, ele voltou em direção ao Ribeirão e, ao parar num “alto,” avistou de longe na trilha pela qual deveria vir a irmã “*um negro de estatura alta de Baeta azul e de Capanga*”² que lhe afigurava ser um escravo de José Roque dos Santos. Falhando em encontrá-la, João decidiu voltar à casa de Plácido, onde tornou a esperar, deitado na porta da rua. Pouco tempo se passou, porém, até que corresse ao encontro de Nepomuceno o seu irmão Antônio, dando-lhe notícia de que Carolina “*tinha sido muito espancada*”³ e que, por isso, ele precisava acompanhá-lo de volta ao Ribeirão. Ambos correram imediatamente para a casa da irmã, onde a encontraram com a língua cortada.

Desde este dia, o Ribeirão da Areia entrou em grande alvoroço. Carolina era conhecida por todos e a agressão que sofreu levantou curiosidade geral. Ela fora encontrada dentro de um valo no Moinho do Choro, Arraial do Pinheiro, há apenas meia légua de sua casa. Ao voltar ao lugar para averiguar o que havia ocorrido, João Nepomuceno vira que “*um lugar amassado mostrava que tinha havido ali uma luta, com rastros e vestígios de*

¹ Interrogatório de Gracia crioula, escrava de José Roque dos Santos (05/02/1862). Arquivo Nacional (doravante ANRJ), processo crime de agressão, Pedro (escravo), 1863, p. 16-17.

² Auto de perguntas feito a João Alves Nepomuceno (07/02/1862). Idem, p. 24.

³ Idem, p. 25.

peessoas que parecia serem de pessoas descalças que pisavam com as pontas dos pés, e descalças, havendo neste lugar alguns pingos de sangue que foram seguindo até um canal atrás da Serra onde havia maior quantidade de sangue, sendo aí que os agressores lançaram sua irmã”.⁴As pegadas de pessoas descalças sugeriam a participação de escravos e, para a maioria dos moradores do Ribeirão, estava claro que Carolina havia sido atacada por um grupo de quilombolas. Teodora do Espírito Santo, sobrinha de Roque, disse mesmo que, estando numa roda de conversa com amigos na cidade, chamou por Carolina que ali estava de passagem “*para conversar com a mesma a ver se ela com a língua cortada falava*” e, “*perguntando-lhe quem lhe tinha cortado a língua, esta lhe respondeu que foram os negros do mato*”.⁵

O ataque à Carolina acirrou a repressão aos quilombos que há muito fazia parte do cotidiano das autoridades do norte mineiro. Durante a década de 1860, a polícia e os proprietários de escravos da região se enredaram nas mais diferentes maquinações com o objetivo de conseguir financiamento para as expedições da Guarda do Mato. Ambos temiam o “respirar do ódio de escravos” sentido nas cercanias dos núcleos urbanos de Serro e Diamantina ao longo do segundo boom da extração diamantina.⁶

⁴ Idem.

⁵ Depoimento de Teodora do Espírito Santo (16/05/1862). Idem, p. 66.

⁶ Entre 1819 e 1854, a produção de diamantes cresceu em 334% em Minas Gerais, especialmente após o fim do monopólio estatal sobre as lavras

Entre as décadas de 1830 e 1870, diamantes foram descobertos em profundidades desconhecidas até então, atraindo para as zonas de mineração do vale do Jequitinhonha tanto pequenos faiscadores, quanto ricos mineradores capazes de sustentar constantes importações de escravos africanos.⁷ No entanto, a explosão da produção de diamantes correspondeu também ao acirramento dos conflitos sociais, visíveis na luta do povo pobre pela redistribuição de terras, nas rebeliões escravas e no crescimento das comunidades de escravos fugidos.

Este artigo discute a trajetória do grupo de quilombolas mineiros que habitou os subúrbios de Diamantina durante boa parte da década de 1860. Através do exame das diversas querelas judiciais em que se envolveram, pretendemos buscar detalhes sobre a vida das comunidades negras — dentro e fora do cativeiro — do norte de Minas Gerais. Argumentamos que, em Diamantina, os quilombos eram mais do que tentativas isoladas de combate ao sistema escravista, constituindo parte fundamental da economia infor-

em 1832. SLENES, Robert W. Múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX. *Cadernos IFCH/UNICAMP*, Campinas, n. 17, p. 47 e 67, 1985.

⁷ FRAGOSO, João Luís. Alegrias e artimanhas de uma fonte seriada. Os códices 390, 421, 424 e 425: despachos de escravos e passaportes da Intendência de Polícia da Corte, 1819-1833. In: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues et al (orgs). *História quantitativa e serial no Brasil: um balanço*. Goiânia: ANPUH-MG, 2001, p. 239-278. Embora não haja números precisos para a década de 1860, o Recenseamento Geral mostrou que a população escrava representava ainda cerca de 39% dos habitantes em Diamantina em 1872. *Anuário Estatístico de Minas Gerais*, 1921, v. 2, p. 16 e 25.

mal e das alianças que garantiam tanto a sobrevivência do povo pobre do sertão, quanto a continuidade da luta dos escravos por sua liberdade.

A língua de Carolina

Dentre os moradores do Ribeirão da Areia, era difícil encontrar quem não tivesse uma explicação para o crime cometido contra Carolina, a começar por ela mesma, que assim descreveu o acontecido:

entrando na roça de José Roque dos Santos, que é a caminho em um matinho antes de chegar nas plantações, aí saíram dois vultos e a seguraram por detrás das guelas, um deles disse ao outro (dê cá o lenço) e amarrou os olhos e disse = você quer nos perder, perdida há de ficar você = e conheceu ela queixosa que a fala era de Pedro escravo de José Roque dos Santos e também conheceu a fala de João da Cunha filho de Manoel Antônio da Cunha (...) e que este João da Cunha estava com uma garrafa em uma mão, e uma faca em outra mão.⁸

Carolina acusou José Roque e sua esposa Maria Joaquina de mandarem matá-la através de uma emboscada preparada pelo escravo Pedro Congo, homem de confiança da família Santos; Clemente, filho de Roque; e ainda João da Cunha, seu vizinho no Ribeirão. Além da questão em torno da roça, circulava

o rumor de que há pelo menos três anos Maria não se dava com Carolina por suspeitar ser ela amante de seu marido Roque. O pai de Carolina, o faiscador Camilo José Gonçalves, ia ainda mais longe ao comentar as intrigas envolvendo as ditas “infidelidades conjugais”, afirmando que há dois anos Maria teria mesmo dito a alguns parentes que se sentiria vingada se cortassem a língua de Carolina.⁹

A vingança de Maria, porém, era aventada como explicação apenas pela família da vítima. Na presença de pessoas próximas, Carolina também fazia acusações contra seu amigo Plácido, embora jamais deixasse de “caluniar” a esposa de Roque. Certo tom de hesitação de sua parte surgia somente quando perguntada sobre a possível participação de quilombolas no crime, de quem suspeitavam fortemente a polícia e as famílias rivais. Carolina preferia acreditar ser isto um exagero e procurou manter os escravos fugidos fora de seus depoimentos oficiais.

Apenas três dias depois da agressão no princípio de 1862, 21 pessoas encontravam-se já detidas para averiguações na cadeia de Diamantina. Todas elas haviam sido presas na casa de Roque no Ribeirão ou nas imediações de sua lavra de diamantes, localizada no Acabamundo.¹⁰

⁸ Depoimento de Carolina Alves da Calçada (29/05/1862). Idem, p. 79. A cobertura de *O Jequitinhonha* sobre o caso comprou a versão de Carolina, mas foi mais cautelosa ao tratar de não de não citar nomes. *O Jequitinhonha*, 08/02/1862, p. 2.

⁹ Depoimento de Camilo José Gonçalves (20/03/1862). Idem, p. 49.

¹⁰ O Acabamundo era uma parte do leito do rio Jequitinhonha conhecida e explorada desde o tempo do 6º contrato dos diamantes (1761-1771), arrematado por João Fernandes de Oliveira. O nome do lugar derivava do desastre que ali ocorreria nesta época, vitimando cerca de sessenta pessoas. SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino*. Petrópolis: Vozes; Brasília: INL, 1978, p. 168.

Entre os presos, havia 15 escravos, dos quais doze pertenciam a Roque. Os cativos eram em sua maioria originários da África central assim como Pedro, principal suspeito do crime.¹¹ Residente há três anos na pequena fazenda de Roque no Ribeirão, Pedro estava trabalhando na mineração dos diamantes do Acabamundo há apenas um mês. Segundo seu companheiro Francisco crioulo, escravo na lavra “a perto de vinte anos”, ele era quem “governava a roça” e feitorizava os demais escravos na propriedade do Ribeirão. Pedro Africano negou sempre todas as acusações que lhe fez a polícia de Diamantina, afirmando que, no dia do crime, havia ido à lavra do Acabamundo buscar mantimentos por ordem de sua senhora Maria Joaquina. Para os interrogadores que estranharam o fato de alguém ir buscar alimentos numa lavra de mineração para levá-los de volta para a roça, Pedro respondeu que lá esteve à procura da remessa de toucinho, milho e feijão que Roque havia comprado e estocado no rancho da lavra.

Os escravos presos junto com Pedro confirmaram a presença dele no Acabamundo e revelaram a existência de diferenças entre os cativos da lavra e os da roça. Antônio crioulo, escravo alugado que minerava no Acabamundo, destacou em seu depoimento que havia ficado

muito aborrecido “*com a gente de José Roque que mora no Ribeirão da Areia*”, dizendo-lhes: “*vocês fazem suas festas e a gente é que está pagando inocente!*” Gracia crioula, presa enquanto cozinhava para os demais escravos na casa de Roque no Ribeirão, disse ter sabido do crime através de “*um velho chamado Pai Bernardo*” que ouvira a notícia de Camilo Cazuzza que estava a espalhar rumores pela Chapada. Perguntada se havia dito na ocasião da prisão que “*os brancos fazem suas coisas e eram os negros que pagavam*”, fez como seu parceiro Zeferino Africano, driblando o interrogatório pela afirmação taxativa de que “*os negros não entendem das coisas de branco*”.¹²

No início de fevereiro de 1862, alguns pedestres foram recrutados para uma expedição ao Moinho do Choro. Dentre eles, figurava o minerador Elias Fonseca Freire de Andrade, que assim descreveu a “batida” no quilombo:

não encontrou negro algum por terem eles fugido, deixaram no lugar restos de carne seca e um saco, o qual sendo aberto, acharam-se dentro entre outros objetos um par de Chinelas, e um lenço de Chita velho, então Ricardo Pires que se achava presente mandou chamar a dita Carolina, e foi reconhecido e esta confessou que o Par de Chinelas lhe pertencia, mas ainda não sabe se o lenço pertencia à mesma.¹³

¹¹ Na primeira semana de fevereiro de 1862, foram presos os seguintes escravos de José Roque dos Santos: Gracia crioula, Francisco crioulo, Pedro Africano, Zeferino Africano, Antônio Congo, João Congo, Quintiliano Congo, Fortunato Congo, José Cabinda, Sabino Cabinda, Caetano Cabinda e Joaquim Cabinda. Todos os africanos trabalhavam na mineração de diamantes.

¹² Interrogatório de Gracia crioula (05/02/1862). Idem, p. 17; interrogatório de Zeferino Africano (05/02/1862), p. 21.

¹³ Depoimento de Elias Fonseca Freire de Andrade (21/02/1862). Idem, p. 31.

Os quilombolas haviam conseguido escapar por pouco. Os pedestres prenderam apenas dois fujões contumazes das lavras de Diamantina que, uma vez devolvidos aos seus senhores, foram imediatamente vendidos e em nada ajudaram nas investigações. No interrogatório que Rodrigo Reis fez a seu escravo antes da venda, conseguiu arrancar apenas a tentativa de aliviar o envolvimento dos quilombolas por meio da incriminação de Plácido¹⁴. De fato, alguns pedestres da expedição ao Moinho do Choro juraram tê-lo visto fugindo com dois negros quando a força chegou ao quilombo. O pedestre Ricardo Pires foi ainda mais preciso, ao lembrar que Carolina “*bem tinha dito que não tinha conhecido a ninguém porque tinham lhe vendado os olhos e só tinha distinguido dois vermelhos (...) e que não está bem certa de um preto e que estes vermelhos então seriam estes dois cabras que estavam no quilombo*”.¹⁵

Além da trouxa de roupa de Carolina, os pedestres acharam junto aos trapos no quilombo um pequeno embrulho que, por estar fedendo, foi logo descartado. Mais tarde, porém, chegaram à conclusão de que se tratava do pedaço cortado da língua de Carolina.¹⁶ Mesmo se estivessem errados, os sapatos feitos de “carneiro azul” não deixavam dúvidas sobre a participação dos quilombolas no

ataque, para a satisfação da família de João da Cunha que vinha repetindo aos quatro ventos que “*Deus havia de ajudar para provar-se que tinham sido negros do mato que tinham cortado a língua*”.¹⁷ Mas que razão teriam eles para agredir Carolina? Tinham os quilombolas alguma ligação com Pedro Africano ou com a família de José Roque dos Santos? E o crioulo Plácido de Azevedo Rosa, qual seria o papel dele em toda esta história?

Toda a trama por trás do crime veio à tona quando os testemunhos dos habitantes do Ribeirão da Areia começaram a ser tomados. Carolina não gozava de boa fama no lugar. Era tida, em poucas palavras, como notória fofoqueira, alguém que “*fala com todo, ou fala de todo mundo tanto que não gostam da estada dela em suas casas*”.¹⁸ Certamente, esta era a pior das características para quem encobria escravos fugidos. Apesar das respostas evasivas de Carolina, seus vizinhos asseveraram sua proximidade com os quilombolas. Ludgéria, “amásia” do pedestre Ricardo Pires, atestou ter ouvido da própria Carolina que Plácido havia lhe trazido meia arroba de carne do quilombo quando ela estava à beira de pedir esmolas para tratar do irmão doente.¹⁹ João de Almeida Ramos, por sua vez, afirmou que “*que um cabra cujo nome ignorava declarara no sertão que a Autora tinha fala com os negros do mato, e*

¹⁴ Termo de informação encaminhado por Rodrigo de Sousa Reis (01/07/1862). Idem, p. 102.

¹⁵ Depoimento de Ricardo Pires Camargo (08/14/1862). Idem, p. 61.

¹⁶ Tal boato foi mencionado pelo mineiro Manoel Pereira da Paixão, morador do Arraial da Chapada, em depoimento dado em 04/07/1862. Idem, p. 99.

¹⁷ Depoimento de Ludgéria Maria Leocádia (07/04/1862). Idem, p. 58.

¹⁸ Depoimento de Ricardo Pires Camargo (08/14/1862). Idem, p. 62.

¹⁹ Depoimento de Ludgéria Maria Leocádia (07/04/1862). Idem, p. 58.

que a mesma tendo procurado sequazes para responder, e assim ganhar cem mil réis, os referidos negros pretenderam cortar-lhe a língua”.²⁰

Havia, portanto, algo de mais perigoso em jogo. Algum tempo antes de perder parte da língua, Carolina havia feito uma visita à povoação de São João da Chapada onde esperava contratar pedestres capazes de prender em sua própria casa um escravo de Rodrigo de Sousa Reis ou Francisco Gomes, não se sabia ao certo.²¹ Como luvas pela captura, estavam sendo oferecidos 200 mil réis, quantia que Carolina propunha dividir em partes iguais com os pedestres. Alguns homens do Quartel do Indaiá, arraial próximo a São João, aceitaram o acordo e seguiram para o Ribeirão da Areia pouco antes do fim de janeiro de 1862. Parando na casa do carreiro Pedro Bezerra da Encarnação, em Morrinhos, muito haviam se queixado por Carolina ter-lhes feito “caminhareem de noite até a sua casa e deixaram o negro escapulir”.²²

Ao que parece, Pedro da Encarnação era um bom ouvido para queixas. Em visita a ele, Plácido revelara seu desgosto com o comportamento recente de sua amiga, dizendo que “a satisfação que poderia ter era cortar a língua da Autora Carolina Alves da Calçada, e isto porque ela Carolina disse que vinha acusá-lo ao Delegado por ele andar anexo aos ne-

gros do mato, e furtando gado alheio”.²³ A intriga foi desvendada enfim a partir dos detalhes fornecidos pelos próprios quilombolas a escravos das lavras de Diamantina. O mineiro Joaquim Carneiro da Rocha, amigo da família Cunha, afirmou que “Carolina Alves da Calçada tem por costume de acoitar escravos fugidos em sua casa, e que depois disso tendo denunciado a dois escravos que estavam com Plácido, este sabendo disso prometeu vingá-la e que isto sabe por ter contado um escravo de nome Januário pertencente a sua irmã”.²⁴

Como vemos agora, as diferentes versões de Carolina mais confundiram do que ajudaram a polícia a solucionar o crime e sua insistência em acusar Maria Joaquina funcionou como estratégia para encobrir suas relações com os quilombolas. Em julho de 1862, José Roque dos Santos, sua esposa Maria, João da Cunha e Pedro Africano foram pronunciados por agressão juntamente com Plácido, único réu que jamais foi preso. Todos os demais ficaram por vários meses na enxovia pública de Diamantina e Roque morreu antes que pudesse voltar à liberdade. Pedro foi o único réu levado a julgamento no início de 1863, sendo absolvido graças às revelações feitas pelo “povo dos subúrbios” sobre as tensões existentes entre Carolina, Plácido e os quilombolas. Por recurso ao Juízo de Direito da Comarca do Serro, João da

²⁰ Depoimento de João Almeida Ramos (12/03/1862). Idem, p. 43.

²¹ Depoimento de Manoel Pereira da Paixão (04/07/1862). Idem, p. 99.

²² Depoimento de Ricardo Pires Camargo (08/14/1862). Idem, p. 62.

²³ Depoimento de Pedro Bezerra da Encarnação (21/03/1863). Idem, p. 158.

²⁴ Depoimento de Joaquim Carneiro da Rocha (21/03/1863). Idem, p. 149.

Cunha, Maria e seu filho Clemente dos Santos - que ainda se encontrava detido - foram finalmente soltos em outubro de 1863. Quanto a Plácido de Azevedo Rosa e aos quilombolas do Moinho do Choro, não houve quem achasse o seu rastro.

Falas, coiteiros e pedestres

Os quilombos da Comarca do Serro sobreviviam dos arranjos firmados com as povoações na base de uma complexa combinação entre trocas econômicas e proteção. Foi graças à rede de informação que mantinham, por exemplo, que os quilombolas do Moinho do Choro conseguiram abandonar seus ranchos pouco antes da chegada dos pedestres em 1862. Apesar do tamanho modesto e do caráter móvel, os quilombos do norte mineiro tinham um raio de ação considerável. Desde o início da década de 1860, a preocupação das autoridades com os escravos fugidos nos subúrbios de Diamantina era flagrante, mas as diligências policiais aumentaram ainda mais depois da rebelião escrava de 1864. No fim de setembro daquele ano, os senhores descobriram que escravos das fazendas, lavras e cidades do Serro e Diamantina planejavam “uma guerra contra os brancos” que deveria resultar na destruição dos dois municípios. Motivados por notícias sobre a Guerra Civil nos Estados Unidos e debates sobre a abolição da escravidão travados no parlamento brasileiro, ferreiros, alfaiates e escravos domésticos resistiram ao cerco da Guarda Nacional por mais de dois meses nas lavras de Diamantina. Os cati-

vos contaram com a ajuda de quilombolas e pessoas livres de cor, deixando claro para as autoridades regionais que a paz nas senzalas da região só poderia ser retomada com a eliminação dos mocambos das serras diamantinas.²⁵

Havia diversas razões para o sucesso dos quilombos mineiros e, no olhar das autoridades, entre as mais difíceis de combater estavam justamente as solidariedades construídas dentro dos mundos da escravidão entre cativos, libertos e homens livres pobres. A história de Carolina Alves da Calçada nos leva ao centro da contenda. Todo o episódio sugere que ela perdeu a língua ao tentar denunciar o quilombo do Moinho do Choro em 1862 e ganhar o dinheiro pela captura dos escravos. Talvez, quisesse também se vingar de Plácido de Azevedo Rosa, que se beneficiava bastante da relação com o mocambo. Ele era um dos elos mais fortes dos escravos fugidos com a povoação do Ribeirão da Areia, funcionando como intermediário no comércio clandestino de carne seca e algumas pedras preciosas.

Aliás, o quilombo situava-se praticamente nos quintais de sua casa, no Arraial do Pinheiro. Carolina não estava alheia aos canais desta rede de trocas e recebia através de Plácido alguns mantimentos vindos do quilombo. Na verdade, ela conhecia tão bem os opostos caminhos da fuga e da reescravização, que

²⁵ MOTA, Isadora Moura. *O 'vulcão' negro da Chapada: Rebelião escrava nos sertões diamantinos (Minas Gerais, 1864)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

resolveu “acoitar” escravos fugidos para lucrar com as luvas oferecidas por sua prisão.²⁶

Carolina e seu marido Martiniano declaravam ser “pobres e carregados de filhos” e dependentes por vezes da caridade pública para seu sustento. Ela vinha de uma família de pequenos mineradores do Arraial da Chapada e possuía uma lavra de diamantes em sociedade com João da Cunha no Ribeirão. Dos seus vários irmãos, apenas João da Silva Lemos não vivia de lavar diamantes, trabalhando naquelas paragens como oficial de alfaiate. Dentre as testemunhas interrogadas no processo, praticamente todas compartilhavam o perfil de Carolina. Eram donos ou trabalhadores de lavras modestas, sempre naturais do norte de Minas. O mais próspero dentre eles era mesmo José Roque dos Santos, a julgar pelo razoável número de escravos, quase todos africanos, que possuía.

Os coiteiros ou “acobertadores” de escravos fugidos eram figuras comuns naquela terra de mineração, embora escandalizassem os senhores preocupados em manter o bom governo de seus trabalhadores. No mesmo mês de janeiro de 1862 em que Carolina foi agredida, um caso envolvendo mais um deles levou a polêmica para as páginas de *O Jequitinhonha*. No distrito do Brejo, município de Januária, descobrira-se no dia 3 um

quilombo com mais de 30 escravos fugidos “nos quintais do Tenente Coronel Vicente Ferreira de Souza”. Uma escolta policial havia seguido prontamente para o lugar decidida a recapturá-los, mas retornou sem efetuar nenhuma prisão. Segundo contou um correspondente anônimo do jornal, a força teria se amedrontado ao encontrar os escravos “todos armados e municidados”, disparando “descargas de desafio”, e se retirou do quilombo deixando para trás apenas um quilombola morto.

Como o Moinho do Choro, o quilombo do Coronel Souza distava somente meia légua da povoação do Brejo. Vicente Ferreira escondia os escravos num campo situado nos fundos de seu terreno e fechado por uma cancela a cadeado.²⁷ Ele lhes oferecia refúgio e os comprava neste ínterim, antes de planejar uma forjada recaptura. A fuga diminuía o preço de venda dos cativos e garantia-lhe sempre bons negócios. Resta saber, porém, até que ponto os escravos estavam informados sobre a possibilidade de “reescrevização”.

Em abril de 1862, o próprio Vicente Ferreira resolveu encaminhar sua versão dos fatos ao *Jequitinhonha*. Explicou ele que, ao comprar o Engenho do Bairro Alto, já achara construído “um cercado no boqueirão de uma serra”, com uma testada de valo e uma cancela. Tal espaço servia a diversos fazendeiros que agiam com toda a independência, soltando ali seus cavalos e bois de carro. Nos fundos

²⁶ Alexandrina, cunhada de Carolina disse ter ouvido que ela havia convidado pedestres para prender “os negros do mato” e “que agora não sabe o mal de onde lhe vem”. Depoimento de Alexandrina Maria de Amorim (28/05/1862). ANRJ, processo crime de agressão, Pedro (escravo), 1863, p. 73.

²⁷ *O Jequitinhonha*, 22/02/1862, p. 4.

do cercado, era verdade, localizavam-se as roças dos seus escravos e agregados. Vicente fez questão de lembrar que “desde muitos anos” existiam escravos fugidos na serra que circundava o Arraial do Amparo, onde vivia, “*os quais pela ingremidade da serra e pelos socorros que presta-lhes (sic) a escravatura dos lavradores das imediações, não se podem facilmente prender*”.²⁸ Um dos senhores destes quilombolas havia recentemente apresentado denúncia às autoridades policiais que, então, resolveram mandar para ali alguns homens com o objetivo de prender todos os escravos que encontrassem. Assim chegaram ao Bairro Alto e foram logo para o lado do cercado, acabando por acometer injustamente, de acordo com Vicente, um homem forro que andava se escondendo por medo de ser preso para o recrutamento.²⁹ Ainda segundo Vicente, ele teria repreendido o cabo, seu subordinado, que disparara contra o liberto, mas ganhou com isso apenas a acusação de estar protegendo os quilombolas. Disse ainda que não havia no engenho nenhum escravo armado e que os tiros ouvidos pela força haviam sido disparados em outra roça.

Descontado o esforço de Vicente em fazer-se de desentendido, temos o fato de que uma grande quantidade de escravos fugidos coabitava com seus escravos atrás do terreno de suas roças. Como explicar um quilombo criado no quintal da senzala com a aquiescência do senhor?

Ainda que ele lucrasse com a compra mais vantajosa de cativos, o que ganhavam os fugitivos? Por quê os escravos de Vicente não deixavam o engenho em busca de sua liberdade, a exemplo de seus parceiros? Algumas explicações podem ser encontradas nos comentários dos contemporâneos. Nas páginas de *O Jequitinhonha*, encontramos regularmente acusações contra políticos que estariam a proteger escravos fugidos a fim de colocá-los a serviço de seus objetivos eleitorais.³⁰ A ideia de emancipação era carta na manga de diferentes facções quando se tratava de apavorar fazendeiros e/ou mineiros com a perspectiva de um total caos social. Outro correspondente “anti-quilombolista” fez outra observação interessante: poder-se-ia dizer que se tratava naquele caso de um quilombo?

Ao que parece, Vicente não encarava as coisas deste modo. Obviamente, ele não era nenhum abolicionista, mas um senhor de escravos buscando pagar menos em tempos nos quais o mercado de escravos dispunha de oferta limitada e cara. Se Vicente vivia de roubá-los até da própria família — assim dizia ser verdade seu filho Joaquim — do outro lado, os escravos certamente investiam diferentes expectativas na “parceria”. Um dos seus objetivos bem podia ser a troca de senhor, e não propriamente a liberdade. Este é, por exemplo, o argumento de João Reis para o quilombo do Oitizeiro, batido em 1806 na Barra do Rio das

²⁸ *O Jequitinhonha*, 19/07/1862, p. 4.

²⁹ *Idem*.

³⁰ *O Jequitinhonha*, 21/06/1862.

Contas, comarca baiana de Ilhéus³¹. O Oitizeiro era um quilombo “*disfarçado de aldeia de lavradores*”, localizado nos fundos dos sítios de alguns poucos lavradores de mandioca que habitavam a vila. A rigor, estes lavradores “protegiam” os escravos fugidos por interesse no uso da mão de obra, enquanto estes últimos ali encontravam refúgio, comida, alguma remuneração ou, mais provavelmente, o acesso a um pedaço de terra. É interessante notar, porém, que, além dos lavradores, alguns escravos foram também considerados coiteiros pelas autoridades, já que se beneficiavam do trabalho dos fugitivos. Esta inaudita realidade transformava o Oitizeiro em “um quilombo com escravidão”, desafiando qualquer noção tradicional a respeito. Se no Oitizeiro havia também cativo, de que estariam fugindo os escravos?

Como mostra João Reis, os escravos ali encontravam um regime de trabalho diferente do que vivenciavam sob seus senhores originais e permaneciam no Oitizeiro por sua própria vontade. Continuavam produtivos, mas repartiam de outro modo o produto de seu esforço. Liberdade, alternativamente, poderia significar dispor de terras e tempo para cultivá-las, participar de trocas econômicas com a produção das roças, safar-se dos castigos corporais ou recompor relações familiares e de amizade, razão pela qual vários escravos acabaram recrutados pe-

los quilombolas. Acima de tudo, muitos deles visavam forçar a troca de senhor, já que esperavam que os proprietários cedessem à sua recusa em servir-lhes, preferindo vendê-los para prevenir uma fuga sem retorno ou recompensa.³² A relação entre coiteiros e escravos, portanto, era marcada pela negociação e a fuga neste caso, ainda que transitória, deve ser compreendida como estratégia de resistência por parte dos cativos, mesmo que resistir significasse dispor da liberdade de escolher a própria escravidão.³³

O exemplo do Oitizeiro na Bahia é de grande ajuda para a compreensão dos casos em Diamantina e Januária. Carolina e Vicente atuaram como famosos coiteiros que “apadrinhavam” escravos fugidos quando do seu retorno aos antigos senhores, garantindo sua integridade física, algumas vezes lucrando com recompensas, e, especialmente no caso de Vicente, aconselhando “punições” como a venda imediata para ele mesmo. Em relação aos escravos fugidos, vemos como em ambas as histórias eles agiram com independência, refazendo seu quilombo em outro lugar ou tratando literalmente de calar a boca dos que quebravam o pacto

³² Idem, p. 356.

³³ Tal aspecto é também ressaltado por Eduardo Silva, que denomina tais fugas provisórias, voltadas para a negociação de objetivos específicos, como “reivindicatórias” em oposição às “fugas-rompimento”, que representariam um corte radical com o regime escravista em busca da liberdade incondicional. Ver: “Fugas, revoltas e quilombos: os limites da negociação”. In: REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 62-78.

³¹ REIS, João José. “Escravos e coiteiros no quilombo do Oitizeiro, Bahia, 1806”. In: *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 332-372.

de reciprocidade que os ligava à população local. Os quilombolas do Moinho do Choro, é correto dizer, viviam em parte das razias e assaltos que faziam aos subúrbios de Diamantina, mas ao contrário da visão reificadora das autoridades policiais, não escolhiam seus alvos totalmente ao acaso.

Prova disso foi o assassinato do pedestre Elias da Fonseca Freire nos arrabaldes do Arraial do Pinheiro, em 1863. Se voltarmos algumas folhas atrás, o encontraremos prestando depoimento sobre a batida que dera no quilombo que acometera Carolina no ano anterior. No primeiro dia de outubro de 1863, Elias foi morto por um grupo de quilombolas que assaltou e incendiou sua casa, deixando feridos alguns membros de sua família. Ele continuava a ser um perigo para os escravos fugidos que escapavam das vistas das autoridades.³⁴ Após o assassinato de Elias, o “pacífico” e “inofensivo” caçador de negros do mato, espalhou-se mais uma vez um clamor geral pela caçada aos quilombos e prisão daquela “gente pervertida”. Alguns escravos, de fato, chegaram a ser presos e sujeitos a julgamento, mas não demoraram a fugir novamente para o sertão. Apenas em julho de 1865, foram finalmente apanhados na Itaipaba os escravos mais temidos de Diamantina.

O quilombo do Buraco do Facho

Na Farinha Seca, localidade situada na entrada do bairro do Palha, subúrbio de Diamantina, era chegado o tempo de preparação para a Festa do Divino em junho de 1865. A festividade estava planejada para acontecer em Itaipaba, em torno do dia de São João. Naquele ano, Francisco Leandro Pires fora eleito “Imperador do Divino” e, como tal, seguira aos olhos de todos no dia 8 de junho para a Itaipaba. Em sua casa, deixou a esposa Maria Rosa Pereira na companhia de sua irmã, Silvéria Maria Pereira.

De passagem pelo Palha naquela mesma noite, Joaquim Alves da Calçada — irmão da faladeira Carolina — resolveu hospedar-se na casa das amigas Maria e Silvéria. Estando já acomodados aí pelas dez horas da noite, os três ouviram alguém bater à sua porta. Perguntando Joaquim quem era, uma voz respondeu de fora — “sou eu, quero comprar cachaça!”. O homem ouviu em retorno que o dono da casa estava incomodado e que ali não havia cachaça nenhuma. A voz de fora insistiu — “tem cachaça que um nosso parceiro aqui comprou hoje e bebeu”; “abra a porta senhor Chiquinho que eu quero conversar com o senhor e sou escravo de Raimundo Pires”.³⁵ Obtendo uma negativa como resposta já que Francisco estava ausente, a conversa tomou um rumo inesperado. Silvéria, única vítima que

³⁴ Biblioteca Antônio Torres (MG): Processo criminal de homicídio, Jerônimo cabra e outros, Diamantina (1864), maço 83, p. 1.

³⁵ ANRJ, processo crime de homicídio, Jerônimo (escravo), 1867, p. 10.

sobreviveu para contar a história, assim descreveu detalhadamente o que se seguiu:

[...] e achando eles custo em arrombarem, passaram-se logo para a janela da frente da casa, e quando meteram os coices das armas arrancaram duas tramelas da janela; corremos nós todos três acudindo com as mãos à janela que já estava arrombada porque já tinham com a força que fizeram arrancado as duas tramelas, neste ínterim gritou uma voz de fora, atira, e no mesmo instante arrebentou um grande tiro, ou dois ao mesmo tempo; neste momento caiu minha irmã já aqui referida, gritando Senhora das Dores, estou morta, e ela interrogada abraçando-se com a irmã, caíram ambas, logo no mesmo momento depois da janela escancarada, viu ela outro tiro, o que foi dado empregado em seu compadre Joaquim Alves que gritou ao mesmo tempo: que estou morto! Neste momento viu ela interrogada saltar dentro dois negros, ficando do lado de fora muitos outros armados, e com armas embocadas na janela para dentro da casa; os dois que saltaram abriram logo a porta da rua, e pegaram a tirar tudo quanto havia na casa, e a entregar aos outros que estavam do lado de fora, e ela interrogada ficou quieta por debaixo do corpo de sua irmã que expirava naquele momento, e um dos negros chegou-se a ela e pegando-lhe no braço, ela fingiu-se de morta.³⁶

Ainda que assim tivesse gritado, Joaquim não morreu imediatamente após os tiros e presenciava o saque do chão onde, estirado, agonizava, quando os

negros voltaram-se para ele e perguntaram — “Quê do dinheiro que você tem aí diabo?”. Foi então que Joaquim lhes entregou tudo o que tinha em sua algibeira: uma porção de diamantes e dinheiro em notas que seria usado para o pagamento de uma conta pendente. Além dos pertences do moribundo Joaquim, os negros levaram também objetos da casa do “senhor Chiquinho”: mais diamantes guardados como economias, ouro em pó, cobres, notas, cera, pólvora, fogos, caixas com louças e toda a roupa encontrada. Tudo isso vira Silvéria com o auxílio da luz da lua que penetrava todo recinto através das janelas escancaradas. Apavorada, ela esperou pacientemente que os homens deixassem a casa e permaneceu imóvel até o amanhecer do dia seguinte, quando então foi tratar de tirar a bala que lhe atravessara o peito.

Notificada sobre o crime, a polícia seguiu logo para a Farinha Seca, dando busca em todas as casas vizinhas à de Francisco Leandro Pires. O pequeno vilarejo não era muito diferente do Ribeirão de Areia: todos os moradores, em sua grande parte de cor, estavam ligados de algum modo à atividade mineradora. Um dos primeiros alvos da inspeção foi a residência da vizinha de porta de Francisco, Ana Joaquina Fernandes. Mais conhecida pelo apelido de Aninha Dunga, a viúva tinha em torno de 40 anos, morava ali com sua filha e “vivia do seu trabalho.”³⁷ Como resultado

³⁶ Idem.

³⁷ José Malaquias, um dos filhos de Ana Fernandes, declarou que sua mãe “guardava dinheiro em casa oriundo dos jornais dele e de seus irmãos, além do aluguel de uma casinha”. Interrogatórios de José

da diligência, ela e alguns de seus filhos foram detidos para averiguações. Na volta para Diamantina, a escolta conseguiu levar consigo também os crioulos Tiago e Maria, escravos de Joaquim José Simões que há cerca de vinte dias encontravam-se desaparecidos.

A família de Ana Joaquina Fernandes estava sob suspeita devido às trocas que Ana fazia com escravos. Seu filho João Fernandes de Almeida foi o primeiro a admitir, por exemplo, que a mãe havia tingido uma calça para Domingos, “que fora escravo de Caetano d’Assunção.” João foi incumbido de ir recolher o “importe” que vinha do mato e recebeu de Domingos “uma lancha de carne seca, e quatro mocotós, e dissera a ele interrogado, o referido preto = dê a sua mãe que é a paga de tingir as calças, eu não tenho dinheiro”.³⁸A lógica e os exemplos empregados por João para aliviar a gravidade de suas declarações sugerem uma primeira explicação para os assassinatos de Maria e Joaquim. Atestou ele que:

há tempos estava trabalhando de sociedade com Francisco Leandro Pires, no Córrego do Teotônio: um dia ele interrogado estava almoçando carne seca assada e feijão e o seu sócio comia carne de porco, e que este dissera = Você não passa mais bem do que eu = e ele respondente que também a tempo tinha

comido carne seca gorda dos negros do mato, e que o Chiquinho Plancha respondera: todos negociam com negros do mato, e eu só é que não negocio.³⁹

Ao que parece, a família de Francisco Leandro Pires se tornara alvo da ira dos quilombolas em função de sua recusa em participar da rede de trocas econômicas que eles mantinham com os moradores do Palha. A hesitação de Francisco Pires em se engajar nos “negócios” pode ter sido interpretada como ameaça direta pelos escravos fugidos, deixando-lhes poucas opções, então, para assegurar que seu quilombo tão próximo da vila não fosse denunciado. O diálogo entre os negros e Joaquim Alves da Calçada na noite do crime sugere igualmente que os quilombolas sabiam que Joaquim portava algum dinheiro para pagar dívidas. Ele morava a pouca distância da Farinha Seca, no distrito do Inhaí, onde possuía uma “fazenda de criar.”⁴⁰ Certamente, a vida não era muito fácil para alguns dos que criavam gado nos pastos de um distrito conhecido por seus numerosos quilombos.

As relações entre quilombolas e moradores envolviam sempre momentos de negociação e conflito. A carne seca era o produto central das trocas básicas de ambos os lados e, conforme vimos no caso de Domingos, servia até como

Malaquias (28/06/1865) e Francisco da Anunciação dos Santos, vulgo Dunga (13/06/1865). ANRJ, processo crime de homicídio, Jerônimo (escravo), 1867, respectivamente p. 36 e 27.

³⁸ Interrogatório de João Fernandes de Almeida (19/06/1865). Idem, p. 29.

³⁹ Idem, p. 32.

⁴⁰ MARTINS, Antônio de Assis e OLIVEIRA, José Marques de. *Almanak Administrativo, Civil e Industrial de Minas Gerais para o anno de 1865*. Ouro Preto: Tipografia do Minas Geraes, 1864, p. 271.

“moeda” alternativa para os que viviam “no mato”. O desenvolvimento do pequeno comércio significava a conquista de uma grande margem de autonomia para as comunidades de fugitivos e, como veremos, transformava também a vida daqueles que ainda continuavam no cativeiro. Por outro lado, muitos mineradores de Diamantina disputavam com os quilombolas as terras mais afastadas do núcleo urbano central e continuavam a armar expedições de pedestres como forma de garantir a posse e lucratividade de suas lavras. Para não mencionar, é claro, o incessante esforço dos que possuíam escravos em prevenir rebeliões escravas, já que os momentos de mais intensa atuação dos quilombolas eram igualmente os mais favoráveis às barganhas forçadas pelos cativos.⁴¹

As pistas reunidas pela polícia a fim de desvendar o crime vieram também da história de combate aos quilombos de Diamantina que antecedia os acontecimentos de 1865.⁴² Em agosto daquele ano, pouco antes da Guarda do Mato sair da cidade com ordem para bater “os restos de quilombolas” do município e “recrutar”, teve-se notícia de que uma

expedição organizada pelos lados do Mendanha havia finalmente destruído o quilombo procurado pelas autoridades desde 1862:

Tenho o prazer de participar a V.S. que o Subdelegado do Distrito do Mendanha, Alferes Luiz Augusto de Araújo, tendo notícia de um quilombo, meia légua distante da povoação reuniu gente e bateu o quilombo, sendo necessário empregar a força e deu um resultado a morte do Chefe dos quilombolas o cabra Francisco, escravo do Ten. Cel. Rodrigo de Souza Reis, sendo chumbados ou baleados um escravo do Barão de Arassuaí, e outro de Vicente José da Trindade, prendendo-se também dois sujeitos forros companheiros e falas daqueles, e 5 mulheres forras e diversas pessoas sobre as quais têm recaído suspeitas de cumplicidade. Com estas e outras providências já considero este Município mais desassombrado. Devo declarar a V.S. que aquele morto, e os baleados no Mendanha foram os malvados que fizeram os desacatos no Pinheiro de que tanto se falou, e que além de outras mortes e roubo, roubaram e assassinaram a uma mulher casada, a um pai de família, e balearam a uma outra mulher, sendo os mesmos que há poucos dias assaltaram a povoação do Mendanha, resultando desse conflito a morte de um pai de família, e a de outro malvado.⁴³

Procurados há anos, os “malvados” capturados formavam o principal núcleo do longo quilombo destruído em

⁴¹ A este respeito, ver: GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de Quilombolas. Mocambos e Comunidades de Senzalas - Séc. XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995, p. 378.

⁴² Em fevereiro de 1865, por exemplo, a municipalidade de Diamantina despendeu a quantia de 200\$000 réis para organizar e municiar uma escolta de pessoas “capazes de perseguir e prender” os negros fugidos que “infestavam” o distrito de Inhaí. Ofício enviado pela Câmara Municipal de Diamantina ao presidente da província de Minas Gerais (19/02/1865). Arquivo Público Mineiro: Fundo da Presidência da Província, PP1/24, 1862-1867.

⁴³ Ofício enviado pelo delegado de polícia de Diamantina, João Nepomuceno de Aguiar, ao chefe de Polícia da província de Minas Gerais (19/08/1865). ANRJ. Ofícios de Presidentes de Província (MG), IJ1, maço 630 (1865-2º semestre).

1865 nas matas do Mendanha, subúrbio de Diamantina. Eram os mesmos que uma vez haviam feito morada no Moinho do Choro e que agora viviam no chamado “Buraco do Facho”. Os seus nomes eram Francisco, Jerônimo, João Rainha, Praxedes, Vitória, Eva e Rita. Ainda que baleados, João Rainha e Jerônimo conseguiram escapar ao cerco, que teve mais sucesso na prisão das mulheres e dos principais *falas* dos escravos, qual sejam, a costureira Emília Carlota de Oliveira e o negociante francês Antônio Richier. Coube, portanto, às forras Praxedes, Vitória, Eva e Rita tanto o maior tempo de encarceramento, quanto a dianteira na tarefa de descrever o cotidiano dos quilombolas.

Praxedes Padilha de Araújo alegou que havia sido capturada à força pelos escravos João Rainha e Jerônimo e conduzida primeiro para “um quilombo existente no lugar denominado = Ferreiro,” depois para outro situado numa lapa próxima à casa de José Ferreira e finalmente para os ranchos que ficavam para além do Mendanha. Ela não negou as mortes e o roubo realizados na casa de Francisco Leandro Pires e assim descreveu o acontecido:

partiram do Quilombo três, João, Jerônimo e Francisco acima declarados, trazendo Francisco uma pistola garrucha, Jerônimo uma arma de dois canos, e João um clavinote, trazendo Jerônimo mais uma foice, saindo de lá às quatro horas da tarde, e no outro dia voltaram às oito horas da manhã, levando despojos do roubo que haviam perpetrado em

casa de Francisco Leandro Pires, como sejam velas de cera, um saco de pólvora, coberta de chita, de papa, uma foice, um facão, estando todos três com roupas salpicadas de sangue, e mais roupas roubadas, ensanguentadas, bem como as velas e a foice que ela respondente e suas companheiras lavaram, e então disseram que Emília lhes tinha avisado que Silvéria e sua irmã Maria Rosa, diziam que tinha (sic) uma espada e uma espingarda por conta deles, se fossem à casa delas, e que por isso eles foram cometer o delito.⁴⁴

De acordo com Praxedes, os verdadeiros alvos da investida eram mesmo Maria Rosa e Silvéria, já que as irmãs andavam desafiando publicamente os quilombolas. Neste caso, Joaquim Alves da Calçada, provavelmente, teria sido morto por estar no lugar errado, na hora errada. Praxedes contou ainda que, pouco antes de chegar à Farinha Seca, os escravos haviam passado na casa de Emília Carlota, de onde saíram diretamente para a casa de Francisco Pires “irritados pelas histórias que ela lhes contara.” Depois de consumado o ataque, voltaram a estar com Emília e “lhes deram velas, das roubadas para acender aos pés de Santa Rita para saírem felizes.”⁴⁵ Assim como Praxedes, Eva também negou qualquer participação nos assassinatos, mas assumiu ter ficado com uma parcela do produto do roubo feito à casa de Francisco Pires.⁴⁶

⁴⁴ 10 interrogatório de Praxedes Padilha de Araújo (18/08/1865). ANRJ, processo crime de homicídio, Jerônimo (escravo), 1867, p. 51.

⁴⁵ Idem.

⁴⁶ 1º Interrogatório de Eva Francisca da Conceição (24/08/1865) e Auto de qualificação da mesma (04/09/1865). Idem, respectivamente p. 59 e 73.

Às mulheres, os quilombolas reservaram apenas parte do que haviam conseguido levar, tendo dividido entre si, antes de chegarem, todo o dinheiro e certo número de objetos furtados.

Vitória da Costa Pinheiro ou “Vitório”, como era conhecida, fez referência aos mesmos quilombos mencionados por Praxedes e confirmou a versão daquela sobre a conversa entre Emília Carlota e os quilombolas antes do crime no Palha, na qual Emília teria lhes contado que Maria Rosa andava dizendo pela Farinha Seca que tinha espingarda e espada com que se defender deles.⁴⁷ Ao ouvir a intriga sob o efeito da cachaça que Adelaide — filha de Emília — comprara para eles no negócio de Richier, os escravos partiram resolutos para o Palha. Eles contavam ainda com a lealdade de Raimundo, escravo de Richier, que há pouco tempo caminhara até Diamantina “a mando de seu amo” para comprar uma arma que seria entregue a Jerônimo⁴⁸. Segundo seu código de relações, os quilombolas não furtavam o que era do francês e ele, por sua vez, nada falava sobre os furtos de que tinha conhecimento.

Como vemos, o estrangeiro Richier e Emília Carlota desempenhavam um papel importante para aquela comunidade quilombola. Afinal, os escravos fugidos precisavam de olhos atentos nos

locais onde não podiam estar e de intermediários com quem negociar, uma vez que viviam de “*matar gados que apanhavam nos campos, fazer carne seca e vendê-las, e também furtavam*”.⁴⁹

Com Richier, eles mantinham um acerto semanal que vinha garantindo grande estabilidade econômica ao francês. Ele era um homem de 46 anos, natural de Aspra Livum, casado, alfabetizado e morador no caminho do Palha há quase dez anos. Ali vivia de sua casa de negócio e também de uma fábrica de pólvora,⁵⁰ que certamente abastecia tanto quilombolas quanto, escoltas policiais em Diamantina. As transações entre Richier e os quilombolas aconteciam somente durante a noite. Ninguém o via comprando carne do quilombo armando os negros ou monitorando a movimentação dos pedestres. Emília, por sua vez, lucrava com os roubos feitos pelos escravos fugidos, que sempre lhe davam uma parte do que adquiriam e pediam que ela se encarregasse da venda.⁵¹ No final de setembro de 1865, o Juiz Municipal de Diamantina finalmente deu encaminhamento decisivo ao caso. Pelas mortes de Joaquim Alves da Calçada e Maria Rosa Pereira, ferimentos em Silvéria Maria Pereira e roubo na casa de Francisco Leandro Pires, foram

⁴⁷ Vitória disse ter morado primeiro no “Jambreiro”, nas margens do Córrego Teotônio, indo depois para “os Ferreiros, “atrás da casa de José Ferreira,” e só então para o quilombo localizado no lado de cima do riacho do Facho. Interrogatório de Vitória da Costa Pinheiro (19/08/1865). Idem, p. 54

⁴⁸ Idem.

⁴⁹ 10 interrogatório de Praxedes Padilha de Araújo (18/08/1865). Idem, p. 51.

⁵⁰ No Almanaque de Minas Gerais para o ano de 1864, Richier aparece descrito como negociante de gêneros do país, estabelecido no distrito do Curralinho. MARTINS, Antônio de Assis e OLIVEIRA, José Marques de. *Almanak Administrativo, Civil e Industrial de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Tipografia da Atualidade, 1864, p. 217.

⁵¹ 1º Interrogatório de Praxedes Padilha de Araújo (18/08/1865). Idem, p. 52.

pronunciados os escravos Tiago, Jerônimo, Francisco, João Rainha e Joaquim. Como cúmplices na perpetração do crime, foram pronunciadas Emília Carlota de Oliveira e Vitória da Costa Pinheiro. A princípio, Praxedes Padilha de Araújo, Rita Pereira dos Santos, Eva Francisca da Conceição, Antônio Richier e a escrava Maria foram acusados de cumplicidade no roubo. Richier não havia participado da partilha dos objetos roubados como as demais mulheres, mas fora pronunciado por servir de fala aos quilombolas, comprar-lhes armamento, “relacionar-se com eles” e “acompanhar-lhes os roubos”. Estranhamente, porém, foi liberado de qualquer implicação no processo quando da suspensão da pronúncia e posto em liberdade definitivamente.⁵²

Por mais informações que tivesse a polícia de Diamantina até então, não havia ainda sinal algum que indicasse o paradeiro dos “cabeças” do quilombo do Mendanha. Ao longo de muitos meses, a cadeia permaneceu lotada e os subúrbios da cidade continuaram alvoroçados com os constantes “tumultos” provocados pelos “negros do mato”. Esta foi uma época

de numerosas mobilizações escravas por toda a província de Minas Gerais e, precisamente na cidade mais importante do norte mineiro, falava-se por todas as esquinas na possibilidade de novas rebeliões como a que rebentara no Serro em 1864.

Ao perscrutar a integração econômica entre escravos e quilombolas, torna-se mais fácil entender como ambos puderam compartilhar projetos e significados de liberdade. Os cativos possuíam suas roças e escoavam sua produção a ponto de juntar pecúlio suficiente para fomentar a longevidade de um pequeno comércio informal. Trocando mantimentos com o quilombo, sustentavam seus espaços de autonomia dentro da escravidão e, simultaneamente, apoiavam a sobrevivência de seus companheiros fugidos. Inspirados pela experiência do cultivo de roças próprias, muitos fugitivos perseguiram o ideal de uma vida camponesa nas matas ou buscavam o pedaço de terra que muitas vezes lhes ofereciam os coiteiros em troca de algum trabalho. As senzalas eram o berço dos arranjos sociais, culturais e políticos que davam vida aos quilombos. O treinamento para a vida de quilombola começava ainda sob o cativo.⁵³

⁵² Emília e Vitória foram acusadas de concorrer diretamente para a perpetração do crime, “esta por ter acompanhado os indiciados autores, assistido e auxiliado os mesmos na perpetração do crime, e aquela por haver instigado e aconselhado os mesmos, prestando sua casa para reunião dos roubadores, participando ambas posteriormente dos objetos roubados”, sendo incurso nos arts. 5 e 271 do Código Criminal. As demais mulheres foram pronunciadas por receberem e ocultarem “objetos criminosos” e, portanto, incurso nos arts. 6 e 271 da mesma legislação. Ver: Sentença de Pronúncia (09/09/1865 e 27/09/1865). ANRJ, processo crime de homicídio, Jerônimo (escravo), 1867, p. 85-92.

⁵³ A reflexão sobre a integração de concepções de liberdade e resistência vem aqui ao encontro do argumento de Flávio Gomes: “em alguns momentos, as práticas econômicas desenvolvidas nos quilombos circunvizinhos podem ter significado menos uma alternativa do que uma extensão da economia própria para os que permaneciam escravos. Meu argumento aqui vai no sentido de apontar como as experiências de lutas dos escravos e quilombolas em determinadas regiões podem ter interagido, visando conquistar acesso a uma economia camponesa, destacando-se aí o direito ao produto de seu trabalho, às trocas mercantis e aos mercados locais”. Ver: GOMES, *op. cit.*, p. 385.

João Rainha acabou sendo preso somente em 1866. Disse ele ser escravo de Rosa Lisboa, ainda que as autoridades o tivessem como propriedade de Vicente José da Trindade que respondia criminalmente por ele. João era filho de Nicássia cabra, “escrava que foi de Manoel Alves Facundes”, crioulo, iletrado e tinha 22 anos em 1866.⁵⁴ Ele confessou que o crime no Palha havia sido premeditado como revanche contra as irmãs Silvéria e Maria. Emília havia contado a ele e seus companheiros que a primeira dizia “*que ela era fala para os Garimpeiros, e que eles não eram capaz (sic) de ir à casa dela; pois que ela tinha armas, e a qualquer hora da noite que lá fossem ela os havia de repelir, com tiro zagaia, espada e tocha*”. Nessa ocasião, o escravo Francisco teria resolvido, então, que “*ia mostrar a ela se eles eram garimpeiros*”⁵⁵.

A prisão de João Rainha trouxe novo alento às investigações e desemboçou na realização do julgamento final em maio de 1866. Mais uma vez, as primeiras a ter seu destino resolvido foram as mulheres, a começar por Emília Carlota. Em novo interrogatório, Emília encontrou um álibi numa história bastante familiar. Quando perguntada pela polícia por que não havia avisado as autoridades sobre as “vexações” provocadas pelos escravos no bairro do Palha, Emília respondeu que “*tinha medo de executarem*

eles as ameaças que faziam de matar e cortar-lhe a língua, como já tinham feito com uma mulher”.⁵⁶ Ao que parece, a língua de Carolina valeu-lhe a absolvição na sessão do júri, sentença depois confirmada pela pena do Juiz de Direito Interino, José Felício dos Santos.

Quando tudo parecia se assentar, uma nova prisão trouxe mais confusão à história. No decorrer das sessões do júri relativas aos assassinatos de Silvéria Pereira e Joaquim Alves da Calçada, a polícia conseguiu finalmente capturar Jerônimo, escravo do Barão de Arassuaí. Este senhor, aliás, rapidamente peticionou ao juiz municipal de Diamantina, comunicando seu desejo de entregar Jerônimo nas mãos da Justiça. O Barão não queria mais ser responsável por “*um cabra há anos fugido e iniciado em outros crimes*”⁵⁷. Filho de Jerônima crioula, Jerônimo era natural da vila de Cassunhanha, província de Minas Gerais, tinha 40 anos e não sabia ler nem escrever. Vivendo de “*estar no mato furtando pelas roças para comer*”⁵⁸, conforme declarou, Jerônimo estava justamente à procura de alimentos quando foi surpreendido por uma escolta policial na chácara do Paiol. Ele e outros companheiros estavam ali escondidos havia oito dias com o consentimento da proprietária, D. Joana, que

⁵⁴ 1º Interrogatório de João Rainha, escravo de Vicente José da Trindade (04/04/1866). ANRJ, processo crime de homicídio, Jerônimo (escravo), 1867, p. 101.

⁵⁵ Idem, p. 101.

⁵⁶ 2º Interrogatório de Emília Carlota de Oliveira (15/05/1866). ANRJ, processo crime de homicídio, Jerônimo (escravo), 1867, p. 116.

⁵⁷ Petição do Barão de Arassuaí dirigida ao Juiz Municipal de Diamantina em 08/08/1866. Idem, p. 134.

⁵⁸ Auto de qualificação e 1º interrogatório de Jerônimo, escravo do Barão de Arassuaí (27/08/1866). Idem, p. 136.

costumava trocar com eles mantimentos por carne seca.

D. Joana acoitava além de Jerônimo outros quatro escravos fugidos. A diligência policial na chácara foi violenta, resultando na morte de Frutuoso, um dos quilombolas de que a polícia jamais tivera notícia.⁵⁹ Jerônimo afirmou ter andado sozinho por seis anos “com uma rapariga do Tenente Coronel Felisberto Brant” o que lhe renderia, pelo menos, um total de sete a oito anos nas matas de Diamantina.⁶⁰ João Rainha, por sua vez, andava fugido há três anos. Finalmente confessando sua participação nos assassinatos do Palha, ele acrescentou à lista de Jerônimo, os nomes de Cipriano, escravo de “Dona Nazareth”; Apolinário, de Manoel de Paula; Miguel, de Dona Clara; “Joana do Mendanha” e Marcolina. Em sua última tentativa de escapar à pena de morte, João negou ser o líder do quilombo, apontando Jerônimo e Francisco como dirigentes, de quem ele e Joaquim seriam “escravos.”⁶¹ Em 10 de outubro de 1866, João Rainha foi condenado à pena de galés perpétuas pelo Juiz de Direito da Comarca do Serro, João Salomé Queiroga.⁶² Sorte diferente teve o escravo Tiago, absolvido depois de dizer em seu interro-

gatório que jamais havia encontrado com “negros do mato” porque “*uma mulher que fora lá às grades da cadeia onde ele estava preso, o aconselhara para dizer isso que ficava forro*”.⁶³

Jerônimo foi o último quilombola a passar por julgamento. Sua descrição da vida no mato coincidia com as informações de que a polícia já dispunha, a não ser pela faiscação de ouro que tanto ele quanto João disseram estar praticando pelas serras de Diamantina. Segundo ele, Francisco era mesmo o capitão do quilombo. Jerônimo assumiu ter agredido uma vez à Praxedes porque ela queria dar nele com uma foice, mas disse que a vida seguia bem no Mendanha graças à venda de carne seca aos *falas* do quilombo. Os quilombolas decidiram mudar-se pouco depois dos crimes no Palha porque haviam furtado uma novilha de José Ferreira de Aguiar e Sá e, ao procurá-la, um escravo da povoação acabara descobrindo a trilha que levava à comunidade.⁶⁴ Em 12 de outubro de 1866, Jerônimo foi condenado à pena de galés perpétuas, tendo a apelação do caso chegado até o Tribunal da Relação do Rio de Janeiro. O recurso não foi aceito e, como João Rainha, ele entregou o resto de sua vida aos trabalhos forçados para o governo.⁶⁵

Com a custódia de Jerônimo e João Rainha estava acabado o quilom-

⁵⁹ Idem, p. 137.

⁶⁰ 2º e 3º Interrogatórios de Jerônimo, escravo do Barão de Arassuaí (29/08/1866 e 12/10/1866). Idem, respectivamente, pp. 142 e 175.

⁶¹ 2º Interrogatório de João Rainha (10/10/1866). Idem, p. 157.

⁶² João Rainha foi incurso no Art. 271 do Código Criminal do Império, grau médio. Tendo sido ele libertado por seu senhor, Vicente José da Trindade e entregue à Justiça, o juiz apelou de sua sentença ao Tribunal da Relação de Diamantina, sem sucesso. Idem, p. 170.

⁶³ 3º Interrogatório de Tiago, escravo de Joaquim José Simões (11/10/1866). Idem, p. 166.

⁶⁴ 2º Interrogatório de Jerônimo, escravo do Barão de Arassuaí (29/08/1866). Idem, p. 142-157.

⁶⁵ Sentença (12/10/1866) e Acórdão da Relação do Rio de Janeiro (25/06/1867). Idem, respectivamente, pp. 180 e 184.

bo? Provavelmente não. Dos 31 componentes conhecidos pela polícia, 3 estavam mortos, 2 escaparam à pronúncia por crime de roubo seguido de morte, 5 haviam sido absolvidos, mas, de outros 21 não se tinha notícia alguma. Um indício de que a comunidade não havia se desestruturado pode ser encontrado na prisão do último escravo acusado pelas mortes no Palha. Joaquim, escravo de Misael Felicíssimo de Aguiar, foi encarcerado em outubro de 1874, quando pertencia já a outro senhor. Solteiro, iletrado e preto cassange, único cativo africano entre os quilombolas identificados, Joaquim continuava a minerar agora em Leopoldina, bem distante da Comarca do Serro.⁶⁶ Ele nada explicou sobre os crimes e a nada foi condenado, encerrando finalmente o processo que se arrastara por 9 anos.

Bibliografia

FRAGOSO, João Luis. Alegrias e artimanhas de uma fonte seriada. Os códices 390, 421, 424 e 425: despachos de escravos e passaportes da Intendência de Polícia da Corte, 1819-1833. In: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues et al (orgs). *História quantitativa e serial no Brasil: um balanço*. Goiânia: ANPUH-MG, 2001.

GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de quilombolas*. Mocambos e comunidades de senzalas – séc. XIX. Rio de Janeiro:

Arquivo Nacional, 1995.

MARTINS, Antônio de Assis e OLIVEIRA, José Marques de. *Almanak Administrativo, Civil e Industrial de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Tipografia da Atualidade, 1864.

_____. *Almanak Administrativo, Civil e Industrial de Minas Gerais para o ano de 1865*. Ouro Preto: Tipografia do Minas Geraes, 1864.

MOTA, Isadora Moura. *O 'vulcão' negro da Chapada: rebelião escrava nos sertões diamantinos (Minas Gerais, 1864)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

REIS, João José. "Escravos e coiteiros no quilombo do Oitizeiro, Bahia, 1806". In: *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SLENES, Robert W. Múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX. *Cadernos IFCH/Unicamp*, n. 17, Campinas, 1985.

⁶⁶ 2º Interrogatório de Joaquim e Sentença final (31/10/1874). ANRJ, processo crime de homicídio, Jerônimo (escravo), 1867, p. 303.

Submetido em: 15 de Agosto, 2010

Aprovado em: 8 de Setembro, 2010

